

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL
CURSO DE GEOGRAFIA**

WILDY FERNANDO SILVA MACHADO

**CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E USO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO:
UMA PROPOSTA PARA A PROTEÇÃO DA MATA CILIAR DO
CÓRREGO DOS BARUS COM A CRIAÇÃO DE UM PARQUE
URBANO NA CIDADE DE ITUIUTABA – MG**

**ITUIUTABA, MG
2017**

WILDY FERNANDO SILVA MACHADO

**CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E USO SUSTENTÁVEL DO
ESPAÇO: UMA PROPOSTA PARA A PROTEÇÃO DA MATA
CILIAR DO CÓRREGO DOS BARUS COM A CRIAÇÃO DE UM
PARQUE URBANO NA CIDADE DE ITUIUTABA – MG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Geografia da Faculdade de Ciências
Integradas do Pontal, Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito
parcial à obtenção do título de
Licenciado e Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Pereira
Portuguez

**ITUIUTABA, MG
2017**

WILDY FERNANDO SILVA MACHADO

**CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E USO SUSTENTÁVEL DO
ESPAÇO: UMA PROPOSTA PARA A PROTEÇÃO DA MATA
CILIAR DO CÓRREGO DOS BARUS COM A CRIAÇÃO DE UM
PARQUE URBANO NA CIDADE DE ITUIUTABA – MG**

Banca examinadora

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese – FACIP/UFU (Orientador)

Msc. Arnaldo Ferreira de Araújo Filho

Msc. Bruno de Freitas – IG/UFU (Doutorando)

Ao Sr. Carlos Antônio Silva Machado, a
Sra. Luiza Maria Madalena Machado e
ao Sr. Marcos Flavio Godoy de Oliveira

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guardar com plena saúde física, mental e pela oportunidade de conquistar mais este objetivo profissional.

A minha mãe, Luiza Maria Madalena Machado, pelas broncas, repreensões e correções, pois foram por causa desses atos que pude crescer e me tornar um homem. Obrigado, mamãe!

Ao meu pai, amigo, provedor e professor Carlos Antônio Silva Machado, e ao meu irmão, Lucas Ferreira Machado. Obrigado por, junto à minha mamãe, serem minha família, ratificando que para ser pai e irmão, o que menos importa são laços sanguíneos.

Ao professor e amigo Anderson Pereira Portuguesez, pela paciência e sabedoria no decorrer de todas as orientações e principalmente pelo incentivo à persistência da busca pela conquista dos meus objetivos acadêmicos e também pessoais.

Agradeço também ao professor Rildo Aparecido Costa, pela paciência tida comigo por esses anos de estudo, pelo saber passado a mim e principalmente pelas palavras de incentivo e apoio. Aproveito o ensejo para agradecer ao professor Bruno de Freitas que, junto ao professor Arnaldo Ferreira de Araújo Filho, aceitou tão prontamente a fazer parte da minha banca.

Ao professor, amigo e principal mentor Rogério Valente Penna. Obrigado pelos ensinamentos, pela paciência na minha infância, adolescência e na fase adulta. Agradeço-lhe por me ajudar a construir meu caráter, meu papel de cidadão e principalmente ter me ensinado, através da sua história de vida, que quando se quer, nenhuma barreira é intransponível. Obrigado por, mesmo distante, ainda ser uma pessoa que se faz sempre presente em meus pensamentos e coração.

Aos professores, Sergio Gonçalves, Hélio Carlos Miranda de Oliveira, Saul Moreira Silva, Leda Correia Pedro Miyazaki e Gerusa Gonçalves Moura pelos abraços e por terem me ajudado a suportar o momento mais crítico e difícil até hoje já vivido por mim. Obrigado sempre pela atenção, palavras de ânimo e carinho.

As minhas amigas e companheiras de curso Gabriela Almeida e Laíza Castro por me ajudarem a superar meus desafios, me motivarem a persistir mesmo que tudo estivesse dando errado, e por me ajudarem a levantar todas as vezes que caía, ao invés de me julgar ou criticar.

Gratidão ao professor Roberto Barboza Castanho por me ajudar a dar os primeiros passos dentro curso e pela recepção tão calorosa e acolhedora antes mesmo do início das aulas.

Aos meus grandes amigos, Elton Filho, Walber Gonsalves, Isac, Ailton Heliodoro, Rogério Rocha e Andréia Alves, por se fazerem presentes em todos os momentos da minha vida.

RESUMO

Devido à ocupação diária, à falta de atividades de recreação associadas a interações com áreas verdes, o aumento habitacional acoplado à falta de planejamento e à degradação desacertada do meio ambiente, constatou-se a necessidade da criação de um Parque Urbano na cidade de Ituiutaba-MG. A criação de tal estrutura se justifica, por proporcionar vantagens sociais funcionando como local de atividade recreativa ao ar livre, além de preservar o meio ambiente, acentuar o conforto térmico, propiciar estudos científicos, tanto referentes à biodiversidade nesses locais quanto à sensibilização de seus frequentadores para uma maior conservação da natureza e o uso de seus recursos de forma equilibrada. Para isso, analisam-se as leis que possibilitam a criação dos parques, correlacionando-as sempre à Lei Orgânica da cidade em estudo. Este trabalho tem como objetivos: I) demonstrar a importância dos parques urbanos para a sociedade; II) descrever e avaliar os aspectos normativos, institucionais e administrativos que norteiam a criação de um parque urbano. III) listar as vantagens e limitações para a criação de um parque urbano. IV) propor a criação de um parque urbano na cidade de Ituiutaba-MG. Este trabalho foi estruturado com um selecionado levantamento histórico contendo conceitos, definições e aspectos que caracterizam um parque urbano, além de visitas ao local de estudo e coleta de dados sobre ele.

Palavras - chave: Parque urbano. Área verde. Preservação. Ituiutaba- MG.

ABSTRACT

The objective of this work is to contribute to new Urban Parks building, using a theoretical framework containing concepts, definitions and aspects that characterize a Urban Park. Due to a daily occupation, the lack of de leisure activities associated to interactions with green areas in Ituiutaba, the housing increase connected to the lack of arrangements and the exaggerated environmental degradation, it was determined that there is the need to create a Urban Park in the city that is being studied.

The establishment of such structure is justified in providing social advantages, working as a leisure activity place outdoors, besides preserving the local environment, enhancing the thermal comfort, providing scientific studies, regarding both, the biodiversity from those places and the visitors awareness to conserve the nature and its balanced resources use.

In this regard, the laws that make the parks creation possible are analyzed, being always related to the studied city organic law. This work purpose is to: I) show the importance of urban parks to the society; II) describe and evaluate the normative, institutional and administrative aspects that guide a urban park creation; III) list the advantages and limitations to the urban park creation; IV) suggest a Urban Park creation in the city of Ituiutaba- MG. This work was structured by a selected theoretical survey and a vast theoretical review. Visits and data collection were also realized in the studied local.

Keywords: Urban Parks. Green Area. Preservation. Ituiutaba- MG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Conteúdo, época e função das áreas verdes de acordo com o período da história.....	13
FIGURA 1: Palácio de <i>Versailles</i> , Norte da França.....	15
FIGURA 2: Jardins da <i>Stourhead Warminster</i> , Inglaterra.....	15
QUADRO 2: Características Gerais das Unidades de Proteção Integral.....	24
QUADRO 3: Características Gerais das Unidades de Uso Sustentável.....	25
FIGURA 3: Ituiutaba-MG.....	30
FIGURA 4: Área em estudo.....	32
FIGURA 5: Restos de construção em área de reserva.....	33
FIGURA 6: Lixo urbano em área em área de reserva.....	33
FIGURA 7: <i>Banner</i> da projeto “Plantando Axé”.....	34
FIGURA 8: Vegetação do cerrado.....	35
FIGURA 9: Curso d’água e serapilheira.....	36
FIGURA 10: Vegetação no interior da área em estudo.....	36
FIGURA 11- Localização do Parque do Goiabal.....	38

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2. ORIGEM E HISTÓRICO DOS PARQUES URBANOS.....	12
3. HISTÓRICO DOS PARQUES URBANOS NO BRASIL.....	20
4. O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG.....	29
4.1. ÁREA EM ESTUDO.....	31
4.2. CRIAÇÃO DO PARQUE URBANO.....	32
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	41
REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

A crescente urbanização e a utilização dos recursos naturais sempre se mantiveram atrelados ao desenvolvimento das sociedades. No entanto, no último século, tornaram-se rés diante da evidente crise ambiental e do entendimento de que esses recursos são finitos e que é preciso usá-los de maneira sustentável. Para tal, são criadas leis que visam desenfrear os constantes declínios e extinções das áreas verdes, tanto na cidade quanto nas florestas.

Sendo assim, uma revalorização do meio ambiente se tornou tema a ser discutido por estudiosos e pesquisadores e objeto de reflexão da sociedade. O zelo sustentável da natureza passa a ter outra conotação, deixando de ser somente um objeto de extração, passando a adquirir o sinônimo de qualidade de vida.

De acordo com os estudos de Nucci (2001), a concentração e a pressão – imprimida pelo consumo e urbanização ao meio ambiente – acentuam a degradação da natureza, comprometendo a qualidade do espaço em que exercem influência. Assim, na tentativa de conciliar questões urbanas e ambientais, o homem é levado a pensar e desenvolver estratégias que possam agir como medidas – se não eficazes – no mínimo paliativas.

No desenvolvimento e discussões sobre tais medidas surgem os parques urbanos como solução para resolver parte do problema em vários municípios brasileiros. Nesse contexto, Ituiutaba-MG não é diferente. O crescimento desordenado e a degradação do meio ambiente também são nitidamente notados na cidade. Em detrimento a estes fatores, desenvolve-se então o principal objetivo deste trabalho: criar meios de aumentar a qualidade de vida através do maior contato da população urbana com o meio ambiente., através da criação de um parque urbano.

As áreas destinadas à prática de atividades recreativas e educacionais, em contato com a natureza, são muito escassas e, por causa dessa situação, o tema foi definido para este trabalho, com ênfase para a criação de um parque urbano, ou seja, uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer.

Nesse sentido, ressalta-se a proposta da criação, em Ituiutaba, do Parque dos Barus, que foi primeiramente mencionada e divulgada pela Sociedade Cultural e

Religiosa *Ilê Alaketu Àse Babá Olorigin*, única instituição no município que possui estatuto registrado em cartório, CPNJ, licença ambiental, registro federativo e alvará de funcionamento.

Desse modo, este trabalho parte de conceitos, definições e aspectos que caracterizam um Parque Urbano e principalmente os problemas enfrentados até sua real implantação. Para tal, foi necessária a realização de três procedimentos metodológicos.

O primeiro foi juntar um referencial teórico embasado e conciso, por meio de dissertações, teses, livros acadêmicos e temáticas relacionadas a Parques Urbanos.

O segundo procedimento foi visitar a área em estudo para constatar o nível de degradação em que o meio ambiente se encontra e conhecer o entorno do Córrego dos Barus, além de verificar os principais problemas enfrentados pela população. Por fim, foi realizada a interação entre a parte teórica, obtida através das análises bibliográficas e a parte prática que foi alcançada através das visitas e registros fotográficos da área.

Para melhor entendimento dessas fases da pesquisa, este texto foi estruturado em três capítulos, além da conclusão e recomendações finais. No primeiro capítulo é elencado os principais papéis e atributos dados às áreas verdes pelo mundo, enfatizando seus conceitos, origens e funções sociais. Também é exposto o surgimento dos parques urbanos no mundo, suas finalidades e benefícios trazidos à sociedade urbana.

Já no segundo capítulo é feita uma abordagem redimensionada da valorização das áreas verdes e, posteriormente, da implantação e contextualização dos primeiros parques urbanos no Brasil, além de relatar a evolução no papel dos parques urbanos.

Por sua vez, o terceiro capítulo destina-se ao estudo da proposta central deste trabalho: a criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável Parque dos Barus, enfatizando os problemas existentes na reserva, além de correlacioná-los a problemas já existentes em outros parques brasileiros.

Por último, são propostas medidas paliativas para solucionar os problemas enumerados no capítulo anterior, além de elencar potencialidades a serem exploradas. Espera-se que este estudo possa servir de material importante a ser utilizado pelos órgãos públicos de Ituiutaba-MG, além de servir como fonte de pesquisa para futuros trabalhos que possuam a mesma vertente de estudo.

1. ORIGEM E HISTÓRICO DOS PARQUES URBANOS

O constante crescimento populacional e do espaço geográfico das cidades tem passado por uma série de problemas que envolvem as formas de relacionamento do homem com a natureza, conforme se vai constatando que a destruição do meio ambiente se torna cada vez mais acentuada e desordenada. Surge então o conceito de natureza pelo qual perpassa o modo de vida da sociedade, as sensações, o pensamento e ações dela, sobretudo, para interagir e produzir a natureza no seu dia a dia.

Nem sempre foi assim e se trata de uma questão contemporânea. Na história, a natureza nem sempre foi vista como um local, por exemplo, destinado a práticas de atividades físicas e/ou de lazer e, quase sempre, o homem a utilizou como representação de poder e status de uma época, conforme mostram os bosques, jardins suspensos, praças, parques e jardins urbanos.

Silva (2003) apresenta um estudo histórico que corrobora com essa linha de raciocínio. Ele diz que a relação entre homem e meio se passa por três períodos ao se avançar pela história e que, em cada período (Quadro 01), a natureza é notada de uma maneira diferente e conseqüentemente passa a ter uma importância também diferente.

O primeiro período, a época Neolítica – 8 mil anos a.C – marca o surgimento das primeiras cidades e a revolução agrícola. Nesse espaço de tempo, a natureza era vista apenas como uma fonte provedora de alimentos, visto que o homem só retirava do meio ambiente o necessário para sua sobrevivência. O fim desse primeiro período se estende até o declínio dos grandes impérios, como o Romano, Grego e Fenício, por volta do século XVII e XVIII.

Já no segundo período, destacam-se as cidades criadas devido à Revolução Industrial, momento que revolucionou a vida econômica, social, política e cultural de dos séculos XVIII e XIX. Nesse período, a depredação do meio ambiente se intensificou a olhos vistos, com o consumo cada vez maior de recursos minerais e o aumento significativo da poluição. Surge, assim, uma nova relação entre homem-natureza, na qual o ser humano domina e explora descontroladamente o meio ambiente.

No terceiro período, as cidades são tomadas por referência, lembrando que elas foram desenvolvidas no século XX e marcadas fortemente pela implantação e

consolidação do capitalismo. Posteriormente, o sistema econômico capitalista foi associado à globalização e ao grandioso crescimento populacional e financeiro. O meio ambiente é explorado de forma predatória e desordenada. Os estragos ambientais podem ser vistos em largas escalas, em um ritmo acelerado e em meio à ganância da humanidade e seu desequilíbrio consumista.

QUADRO 01. Conteúdo, época e função das áreas verdes de acordo com o período da história.

Período	Tipos de Cidades	Função	Papel das Áreas Verdes
1º Período	Primeiras Cidades	Lócus das classes que não trabalhavam (não lavravam a terra), nobres e a família real.	Reservas particulares em espaços enclausurados nas propriedades dos reis.
2º Período	Cidades Industriais	Lócus da produção e difusão industrial capitalista Centro da reprodução de classes sociais	Embelezamento das cidades, melhoramento da vida urbana e otimização do trabalho.
3º Período	Cidades Modernas	Lócus da reprodução ampliada do capital (globalização).	Paisagem natural dotada de raridade, passível de mercantilização.

Fonte: Silva (2003).

Ao analisar a síntese demonstrada no Quadro 01, pode-se inferir que, ao longo da história, o papel das áreas verdes foi modificado de acordo com as necessidades experimentadas em cada momento, levando também em consideração o gosto e o costume da sociedade.

Seguindo essa linha de raciocínio, Silva (2003) faz uma classificação dos parques como que passando por cada momento histórico. Assim, eles são vistos de quatro formas diferentes:

1. *Parques como metáforas da natureza* – a natureza adquire um olhar mais romântico tendo como principal objetivo ser o local de alívio dos problemas urbanos;
2. *Parques como espaços de socialização e formação de uma consciência ambiental* – os parques passam a ter uma nova conotação referente à compreensão dos processos naturais, entretanto ainda são considerados como sendo local de obtenção de momentos de prazer;
3. *Parques como espaço de concentração* – quando há uma atuação de preservação e manutenção, tendo como centro de pesquisa o avanço predatório da sociedade moderna;
4. *Parques como sendo um espaço de conflito e mercantilização* – estágio em que o parque passa a ser caracterizado pela existência de escolhas de uso e interesses de atores distintos que compõem o meio urbano capitalista.

Ao analisarmos a história, percebemos que não há um momento ou uma época certa que relate o surgimento do primeiro parque urbano, pois ele não possui uma

definição concreta devido às constantes mudanças de função e conceito durante as épocas. Assim, sua definição sempre esteve atrelada a determinados eventos específicos e ao tipo de uso que se fazia das áreas.

Se considerarmos, por exemplo, que um parque possa ser visto como um espaço público de recreação, então sua origem pode ser encontrada nos povos babilônicos, no século XVIII a.C. Entretanto, se considerarmos a definição dada por enciclopédias, os parques seriam locais cercados e/ou murados. Assim, podemos falar que eles tiveram sua origem datada em tempos medievais, já que era costume de os nobres da época manter grandes áreas verdes cercadas, as quais eram definidas como boques (FARIA, 2008).

Do mesmo modo, Matos (2004) ratifica a incerteza sobre a definição quanto a parques. Considerando suas raízes históricas, ele afirma que sua gênese se dá na Índia no século IV a.C, onde foram encontrados os primeiros registros de conservação de áreas verdes, pois na cultura indiana da época, as florestas eram consideradas como *lócus* sagrados.

Já na era feudal, iniciada no século III e tendo seu apogeu entre os séculos VIII e XI, os espaços verdes eram áreas isoladas e de uso privado dos grandes senhores feudais e da Igreja. Tais áreas eram destinadas à caça ou a contemplação da fauna e flora, por parte da classe dominante da época.

A partir do final do século XIX e início do século XX, surge-se uma maior tendência a admitir que a origem dos parques urbanos esteja diretamente ligada ao surgimento das cidades, pois se faz necessário um maior planejamento para o desenvolvimento delas. Se assim a considerarmos, sua gênese foi dada por volta do século XVIII.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, a vida na cidade, antes tida como *status* de desenvolvimento e modernidade, passa a sofrer grandes rejeições e desaprovações por parte da própria população ali residente, promovendo assim uma revalorização da vida no campo.

Tomas (1983) diz que o inchamento das cidades aliado ao *stress* gerou no povo sentimentos antissociais e agressivos. Tais sentimentos passam a ser então a principal chave para a criação de áreas de reservas naturais, locais que serviriam como lugares de reflexão e relaxamento, além da contemplação do meio ambiente em sua forma “primitiva”.

Ainda no século XVIII, com a acessão da burguesia¹, os antigos jardins botânicos presentes nos castelos e palácios da época, provenientes de tradições francesas e também inglesas, tornaram-se públicos e incorporados à estrutura urbana, formando, assim, extensos corredores verdes no meio das grandes cidades.

FIGURA 1: Palácio de Versailles, Norte da França.



Fonte: Trekearth (2012).

FIGURA 2: Jardins da Stourhead Warminster, Inglaterra.



Fonte: Meu Pomar (2013).

¹ Classe social dominante no regime capitalista. Categoria social que compreende os que não exercem profissão manual e usufruem rendimentos ou vencimentos relativamente elevados.

Entretanto, por mais que esses locais fossem abertos ao público, ainda se perfaziam como espaços frequentados pela classe nobre burguesa, que os utilizava para a exposição de riquezas e galanteios, como afirma Segawa (1996, p.15): “[...] fazer-se público de sua presença, exhibir pompa, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs”.

Com uma renda mais acentuada, a burguesia passou então a investir também na construção de praças arborizadas e bairros elegantes, acrescentando valor de *status* às cidades que possuísem parques e áreas verdes espalhadas em seu território. Logo, nota-se que, no século XVIII, os parques eram projetados com finalidade de demonstração e exibicionismo burguês.

A noção de *Wilderness* (vida natural/ selvagem), primeiramente empregada no continente europeu, tinha como principal objetivo, a preservação do meio ambiente, com o intuito de que tais áreas servissem como “válvula de escape” para a população industrial. No continente norte-americano, esse ideal não estava ligado somente à preservação da vida selvagem ou do meio ambiente.

Devido à grande influência da literatura romântica do século XIX, foram criadas áreas naturais protegidas, consideradas como ilhas de grande beleza e valor estético que tinha como objetivo, além dos já citados, conduzir o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada.

Por sua vez, Scalise (2002) afirma que os parques foram difundidos a partir de experiências, primeiramente na Europa, mais precisamente na Inglaterra e França e posteriormente nos Estados Unidos. O autor ainda elenca condicionantes que justifiquem possíveis implantações:

O parque, nesse período, preocupa-se com as demandas de equipamentos para recreação e lazer, a necessidade de expansão urbana, o novo ritmo de trabalho, além da necessidade de criação de espaços amenizadores da estrutura urbana, bastante adensadas, com funções de “pulmões verdes”, saneadoras, representando oásis de ar puro, de contemplação, estimulando a imaginação. (SCALISE, 2002, p.18).

Por meio dessa afirmação, o autor deixa bem explícito que os parques se modificaram de acordo com contextos socioeconômicos e culturais, atrelados às características de cada localidade, fator primordial para a morfologia e projetos.

No século XX, o uso do parque como sendo um bem coletivo – e por esse motivo deve ser coletivo – volta a tomar força, o que resultou em um maior contato com

a natureza por parte das populações urbana, massacrada pela exploração do capital. A gestão urbana, assim como a gestão territorial, passa a incorporar o planejamento dos parques com uma maior seriedade e de forma mais permanente. Ressalta-se que, ainda no século XX, o modelo urbano bem como os planos e programas paisagístico-urbanísticos foram repensados em todo o mundo, já que o reconhecimento do bem que os parques faziam à população foi grandemente difundido.

Fuks (2001) ressalta a importância de desmitificar o pensamento da superioridade do homem frente à natureza, utilizando-a de forma predatória, desconsiderando possíveis efeitos a médio e longo prazo, fato este exposto em sua afirmação sobre o principal objetivo dos grandes proprietários de terra:

[...] extrair de forma ambiciosa mais lucros de sua propriedade, desprezando o enorme bem que é residir em meio a grande espaço florestado e desconsiderando os interesses de toda uma comunidade. O valor de uma área não está só no que dela podemos extrair de lucro. Outros bens maiores se sobrepõem – o que ela vale como espaço livre, espaço florestado, espaço vazio, guardião de tranquilidade e do bem estar da vizinhança. (FUKS, 2001, p.156).

Tendo a mesma perspectiva de Fuks (2001), Laurie (1999), em seu estudo sobre um determinado planejamento urbano no século XIX, afirma que o caráter desenvolvimentista da área em análise e a preservação ambiental são resultado de movimentos bastante convincentes sobre o ponto de vista ambientalista, para isto se embasando em cinco argumentos.

Em seu primeiro, Laurie (1999) explica que a influência que os parques ecológicos, jardins públicos e locais arborizados possuem sobre a saúde da população é grandiosa, pois ajuda a garantir uma vida saudável, proporcionando, a seus frequentadores, amplos espaços para o relaxamento, além da prática de exercícios físicos.

Já em seu segundo argumento, o autor relata sobre a crença de que, com a implantação de tais estruturas em ambientes urbanos, poderia ser possível o cuidado e também o resgate de certos princípios e valores humanos que foram deixados de lado mediante a intensa carga trabalhista aplicada à população.

Em seu terceiro e quarto argumento, Laurie ressalva a importância dos parques na questão do visual da cidade, dando a ela uma significativa melhora estética, além de aumentar consideravelmente a valorização das instalações implantadas ao entorno de tais áreas. Essa valorização se torna ainda maior, caso as construções possuam vista e meios de acesso privilegiados para a contemplação e visita aos parques.

Por fim, em seu quinto argumento, Laurie finaliza destacando a importância dos parques na parte educacional, sendo um facilitador e reforçador da educação, principalmente na parte botânica, crescendo assim um interesse público em processos e elementos naturais ocasionados pelo contato direto com o parque.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Furegato (2005) cita a importância dos parques como grandes atrativos turísticos, especialmente quando eles possuem áreas de serviços, equipamentos e atrações. Quanto à inserção de parques no cotidiano das pessoas Furegato afirma que:

[...] parques urbanos possuem um caráter distintivo na paisagem urbana e assumem relevante papel na vida cotidiana dos cidadãos, por constituírem espaços que servem como base para as atividades de lazer e recreação ao ar livre e que acomodam múltiplos usos para os residentes locais, especialmente aqueles que não têm acesso a outras áreas verdes fora dos perímetros urbanos. Além das atividades de lazer e recreação, possibilitam o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e de descanso, importantes funções ligadas às necessidades físicas, psíquicas e sociais dos indivíduos. Em função dos seus elementos bióticos, representam significativo refúgio da vida silvestre. (FUREGATO, 2005).

Para Garcia e Guerrero (2006), os parques e espaços verdes, dentro da área urbana, agem como sendo uma contenção ao crescimento descontrolado, que se encontra fortemente representado nos países em desenvolvimento. Além disso, ambas autoras afirmam que tanto os espaços verdes quando os parques representam um sistema de duplo sentido, sendo o primeiro referente ao social e o segundo ao ambiental, permitindo assim a implantação à avaliação da sustentabilidade ambiental e urbana.

Outro fator importante para a criação e conservação de parques ou áreas verdes se refere ao microclima da cidade, uma vez que eles têm por principais características, tratando-se desse aspecto, a atenuação da temperatura, além do aumento da umidade relativa do ar, assim como a absorção de gases poluentes. Em referência a tal afirmação, o autor Romero (1999) afirma, sobre a vegetação, que:

Esta possui características que amenizam o ambiente, filtram a radiação solar, reduzem a contaminação do ar, diminuem a intensidade do som, aumentam a umidade, a taxa de evaporação e evitam a erosão. Inclusive o gramado exposto ao sol possui uma temperatura menor que um passeio à sombra e, por esta razão, emite menos energia em direção às paredes. A todas essas características benéficas devemos somar a particularidade de ter um baixo coeficiente de reflexão diante da radiação solar. (ROMERO, 1999, p.107).

Segundo Nucci (2001), em decorrência da elevada pressão causada pela expansão das atividades industriais e urbanas – fenômeno que marca século XXI – o aumento da degradação do meio ambiente e a perda na qualidade de vida da população

se torna cada vez mais acentuada. Devido a esses fatos, a limitação existente entre a sociedade e os recursos naturais ainda existentes se torna cada vez mais intensa, fato que é identificado com maior facilidade nos grandes centros urbanos.

Para Trentini (2005) e Mendes (2007), o desenvolvimento de uma grande cidade se faz incompatível com a completa preservação de certas áreas antes preservadas, causando danos irreversíveis ao meio ambiente.

3. HISTÓRICO DO PARQUE URBANO NO BRASIL

No Brasil, os parques urbanos estão historicamente diretamente ligados com à vinda da família real portuguesa no início do século XIX. Entretanto, a primeira ideia de criação de um parque urbano foi concedida e exposta pelo então abolicionista André Rebouças em 1876. Já em 1911, Hubmayer propõe a criação do Parque Nacional de Itatiaia, sendo este:

sem igual no mundo, estaria às portas da bela capital [então, Rio de Janeiro], oferecendo, portanto, aos cientistas e estudiosos inesgotável potencial para as mais diversas pesquisas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstituição física e psicológica após o trabalho exaustivo nas cidades. Outrossim, apresentaria fonte de satisfação a excursionistas e visitantes curiosos dos atrativos da natureza local. (Apud Pádua & Filho, 1979, p.122)

José Bonifácio², através de seus relatos, já demonstrava sua grande preocupação com o desmatamento desenfreado da época. Salienta-se que ele também possuía uma visão romântica da natureza. Bonifácio estudou, em Portugal, a relação do empobrecimento do solo ao ter a sua vegetação nativa retirada e, ao concluir seu estudo, ele afirmou: “Todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis e sem gente” (BONIFÁCIO, 1962, p.31)

Ainda sobre os dados históricos dos parques do Brasil, de acordo com Macedo (1999, p.26), em séculos passados, a vegetação quase sempre esteve ausente no cenário brasileiro. No máximo, o que se encontrava nos grandes centros eram grandes chafarizes e cruzeiros, sendo que apenas a cidade de Recife possuía uma melhor organização social de seu espaço.

Ainda segundo Macedo, Recife acabou sendo “o primeiro núcleo urbano a dispor de arborização de rua no continente americano e teve o primeiro parque público construído no Brasil: o do Palácio de Friburgo, desaparecido logo após a retirada dos holandeses de Pernambuco” (MACEDO, 1999, p. 26).

Ao vir com sua comitiva e família para o Brasil, em 1808, o rei de Portugal não trouxe consigo apenas pessoas, mas todo um modo de vida européia na esperança de reproduzi-la em no País. Com isso, modelos econômicos, estilos de vida e também a

² Conhecido como Patriarca da Independência, tendo fundamental importância para a preparação e consolidação da mesma.

construção de parques nos grandes centros passam a fazer parte do novo “modo de vida” brasileiro. Matos (2004) descreve a grande mudança, onde a própria sociedade é posta de lado para que assim a adaptação da nova elite fosse mais “fácil”. O autor infere que o parque urbano não surgiu para o atendimento das necessidades recreativas da massa trabalhadora, sendo implantado nos grandes centros para satisfazer e complementar os anseios da elite.

Assim como na Europa, o Brasil teve seus principais jardins privados transformados em parques, entretanto os principais objetivos de ambos locais se divergem. Enquanto no velho mundo, o intuito da construção de parques urbanos era atender à necessidade da população operária, no novo mundo, o objetivo era baseado na necessidade das elites locais. A justificativa para tal divergência seria que a sociedade operária ocupava seu tempo ócio usufruindo-se de várzeas, lagos, riachos e rios para sua prática de lazer.

Com sua independência em 1822, o Brasil passa a ter um maior e mais significativo crescimento econômico, passando a possuir jardins mais elaborados, embora fossem privados (MARX, 1980, p.58). Este autor ainda relata que:

[...] o jardim particular vai ganhar nova importância na vida e novo lugar no lote. E, muito especialmente, com as novas ideias vindas da Europa. A casa tradicional urbana brasileira, erguida ao longo da testada do terreno, ou do alinhamento da rua, colada às suas vizinhas, abrindo-se para a rua e para o quintal nos fundos, vai cedendo lugar a outro conceito de morar. Afasta-se primeiro de um dos lotes, permitindo uma entrada mais condigna, bordejada por canteiros decorativos. Depois, isola-se de ambas as construções laterais, realçando linhas neoclássicas ou ecléticas, por entre palmeiras, frutíferas e canteiros. Em seguida, lentamente, liberta-se por completo dos limites do terreno, distanciando-se da rua. (MARX, 1980, p. 60).

Em 1934, foi realizada a 1ª Conferência para proteção da natureza, tendo como principais mentores, Alberto José de Sampaio e Leôncio Correia. Destaca-se que, ainda nesse ano, foram criados os primeiros códigos destinados à preservação do meio ambiente, como o Código de Pesca, o Código das Águas, entre outros.

Em 1937, o governo da época cria o Parque Nacional de Itatiaia, tendo como principal objetivo o incentivo a pesquisas científicas, além de oferecer lazer à população urbana. A criação desse parque teve como base legal o artigo 9º do Código Florestal, aprovado no ano de 1934, o qual estabeleceu que os parques urbanos fossem monumentos públicos naturais.

Com a criação de novos parques, surgiu então a necessidade da criação de instituições responsáveis pela fiscalização e manutenção de tais momentos. Para esse

fim, em setembro 1944, foi atribuída à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, a responsabilidade de orientar, coordenar, fiscalizar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais. Por sua vez, os parques passaram a ter como objetivos: a conservação para fins educativos, científicos, estéticos e também recreativos. A área usada para sua criação, também sofreu alterações em seu objetivo, passando agora a ser usada como local de estudo da fauna, flora e geologia da região onde foi implantada.

Já no século XX, muitas mudanças ocorreram no Brasil, ocasionando assim uma forte modificação no cenário, não apenas econômico, mas também político, científico e cultural, sendo esses fatores responsáveis pelo início, por parte do Estado, de um investimento em áreas verdes.

Assim como fez com a representação das áreas verdes e sua importância com o passar do tempo, Silva (2003), ao perceber tais mudanças, divide a visão dos parques em três períodos no Brasil. O primeiro período tem seu início no final do século XIX e seu fim na década de 1920. Nesta época, há uma predominância no estilo eclético, mas ainda muito influenciada pela literatura romântica. As formas ainda eram muito geométricas na busca por aparências que fossem similares as encontradas nas grandes florestas, além da tentativa de fazer aflorar em seus frequentadores a devida “devoção e contemplação da natureza”.

O segundo período está compreendido entre as décadas de 1930 e 1970. Nesse intervalo, nota-se já o desligamento com a cultura romântica. Os parques ganham uma “versão” mais moderna, uma vez que tais áreas deixam de ser vistas como local de contemplação da natureza e passam a ser observadas e usadas como espaços de socialização e práticas de esporte e lazer.

Já o último período situa-se a partir da década de 1980 até os dias atuais. Devido ao grande crescimento da população e a ocupação feita de forma irregular – problemas conciliados à degradação desenfreada – os parques continuaram com a função de áreas de lazer e exercícios de esportes, porém também como prática educativa.

Na tentativa de quebrar limites existentes desde o século XVIII, surge a ideia da preservação ambiental de regiões pré-delimitadas nos grandes centros urbanos, com a finalidade de permitir um maior contato da população com o meio ambiente. Para que esse objetivo fosse alcançado, em 1967, por meio do Decreto nº 289, de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967) criou-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) instituição que integra o Ministério da Agricultura. O IBDF tem por papel a

administração das unidades de conservação e criou, em 1979, o Plano de Unidades de Conservação no Brasil, cujo objetivo é o estudo das áreas que possuem grandes possibilidades e prioridades para criação e implantação de novos Parques Nacionais.

Dentro do arcabouço de leis voltadas ao meio ambiente, ressalta-se também a Constituição Federal de 1988 (CF) (BRASIL, 1988), que dedica o Título III, Art. 23, para estabelecer que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a preservação das florestas, a fauna e a flora. Também em seu Art. 25, a CF estabelece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Já o Título VIII, Cap. VI, Art. 225, estabelece que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988, online).

Em 1989 é criado então o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) o qual ficou responsável, de forma definitiva, pela administração e implantação dos novos parques. Ressalta-se que, nesse mesmo ano, o IBDF é extinto. Com a criação da Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, o termo parque urbano passa a ser entendido como sendo uma unidade de conservação. No Art. 2º consta que:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei entende-se por: I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, online).

Além de ser considerado, a partir da lei supracitada, como sendo algo que possui como principal perspectiva o bem coletivo, o parque urbano traz consigo a necessidade de democratização do espaço civil e também a obrigatoriedade de um gerenciamento

diferenciado para tais espaços, contando assim com a participação ativa de todos os moradores civis do município no qual o parque for implantado.

De acordo com o artigo 7 da lei 9.985 (BRASIL, 2000), as unidades de conservação integrantes se dividem em dois grandes e distintos grupos. O primeiro grupo (Unidades de Proteção Integral) se restringe ao uso dos recursos naturais de maneira indireta, tendo como exceção casos previstos por lei. Esse grupo é constituído por categorias de unidades de conservação, as quais são cinco: Reserva biológica, Refúgio da Vida Selvagem, Estação Ecológica, Monumento Natural e Parque Nacional.

Quanto ao segundo grupo (Unidades de Uso Sustentável), já utiliza a natureza de forma mais conservacionista com uso sustentável de parcela dos recursos naturais existentes no meio em estudo, além de contabilizar a conservação da natureza. Por sua vez, o grupo de Unidades de Uso Sustentável é composto por outras sete categorias que são: Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Para que se haja uma maior elucidação do que são esses dois grandes grupos que compõem a unidade de conservação foram desenvolvidos dois quadros contendo, juntos, as 12 categorias de unidade de conservação, esclarecendo seus objetivos, posses de terra (público ou privado), compatibilidade com habitação, passível a exploração de minério, entre outros aspectos. O Quadro 1 esclarece as categorias referentes ao grupo da Proteção Integral e o Quadro 2 elucida as categorias pertencentes ao Uso sustentável.

QUADRO 2 – Características Gerais das Unidades de Proteção Integral.

Característica	Estação Ecológica	Reserva Biológica	Parque Nacional	Monumento Natural	Refúgio da vida Silvestre
Objetivos principais além da conservação	Preservação ambiental; passível a realização de pesquisas.	Preservação da biota, na qual são realizados medidas de recuperação de áreas degradadas.	Preservação dos ecossistemas naturais e sítios de belezas cênicas.	Preservação de paisagens cênicas e sítios naturais raros.	Preservação do meio ambiente e assegurar as condições para a prosperidade da fauna e flora local.
Posse de terras	Domínio público	Domínio público	Domínio público	Domínio público e/ou privado.	Domínio público e/ou privado
Compatível com presença de moradores?	Não compatível à habitação	Não compatível à habitação	Não compatível à habitação	Compatível a habitação	Compatível à habitação

Conselho Gestor	Feita de forma consultiva.	Feita de forma consultiva.	Feita de forma consultiva.	Feita de forma consultiva.	Feita de forma consultiva.
Mineração permitida?	Não	Não	Não	Não	Não
Instrumentos de gestão ordinários	Plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor.	Plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor.	Plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor.	Plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor.	Plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor.
Realização de Pesquisas	Depende diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Depende diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Depende diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Depende diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Depende diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.

Fonte: Elaboração do autor, com base em SNUC (2017).

QUADRO 3 – Características Gerais das Unidades de Uso Sustentável.

Característica	Área de Proteção Ambiental	Área de Relevante Interesse Ecológico	Floresta Nacional	Reserva Extrativista	Reserva de Fauna	Reserva de Desen. Susten.	Reserva Particular do Patri. Natural
Objetivos principais além da conservação	Proteção da biodiversidade de ordenando a ocupação humana e assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.	Preservação de locais com grande relevância regional e área com baixa ocupação humana.	Uso sustentável dos recursos vegetais de uma floresta nativa.	Proteção da cultura e meios de vida da população extrativista e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.	Proteção da fauna residencial, seja ela nativa, terrestre, aquática, migratória ou residente.	Categoria baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvido ao longo de gerações.	São áreas privadas com o objetivo de preservação da biodiversidade local.
Posse de terras	Públicas e/ou privadas.	Públicas e/ou privadas.	Apenas terras públicas.	Públicas e/ou privadas.	Públicas e/ou privadas.	Públicas e/ou privadas.	Constituída por terras privadas.
Compatível com presença de moradores?	Sim.	Sim.	Sim, desde que a população seja tradicional.	Sim, desde que a população seja tradicional.	Sim.	Sim, desde que a população seja tradicional.	Sim.
Conselho Gestor	Geralmente feita de forma consultiva.	Geralmente feita de forma consultiva.	Feita de forma consultiva.	Feita de forma consultiva.	Geralmente feita de forma consultiva.	Feita de forma consultiva.	Feita pelo proprietário ou é inexistente.
Mineração permitida?	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não

Instrumentos de gestão ordinários	Dado através do plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	Este instrumento é dado através do plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	Dado através do plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor, além de possuir um plano de uso e contrato de concessão florestal.	Dado através do plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	Dado através do plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	Dado através do plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	Dado através do plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor
Realização de Pesquisas	Não poderá ser realizada.	Dependerá diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Dependerá diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Dependerá diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Dependerá diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Dependerá diretamente da aprovação prévia do órgão gestor.	Não poderá ser realizada.

Fonte: Elaboração do autor, com base em SNUC (2017).

Mediante aos interesses propostos neste trabalho, a Unidade de Conservação por sua subclasse, Uso Sustentável, vem ao encontro direto com nossos objetivos, pois não se almeja apenas a conservação da área em estudo, mas propõe-se a utilização de seus recursos naturais, realizada de forma sustentável, em prol do bem-estar da população.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2017), Unidade de Conservação de Uso Sustentável vem a ser:

[...] são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, mas desde que praticadas de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada. (BRASIL, 2017).

O uso sustentável que se menciona acima se refere à exploração do ambiente em questão, mas sendo ela feita de modo a garantir a perenidade dos recursos e processos naturais ali existentes, tornando assim uma exploração economicamente viável e socialmente justa.

Em 2017, mesmo completando seus 17 anos de criação, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) não tem alcançado grande progresso desde a sua implantação e progressiva execução. Mesmo com todo esse tempo, ao se analisar a

proposta e posteriormente seus resultados, podemos dizer que o Brasil tem avançado lentamente no que tange à respeito da preservação da biodiversidade. Outro fator de grande impacto para o definitivo sucesso de tal sistema é a falta de estratégia, em longo prazo, estabilizando e consolidando assim esse sistema.

Complementando a lista de desafios que o SNUC possui para haja um maior rigor na execução de tais leis, há ainda um modelo que busca o desenvolvimento econômico a qualquer custo, sendo ele o maior responsável por tantos projetos de leis e cortes orçamentários, o que dificulta ainda mais a geração de melhores resultados por parte desse sistema. Como exemplo de tais empecilhos, podemos citar o corte anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente na primeira semana de abril de 2017. Era esperado cerca de R\$ 782 milhões destinados à prevenção e fiscalização do meio ambiente, no entanto, apenas R\$ 446,5 milhões foram liberados, significando assim um corte de mais ou menos 43% do total previsto.

Na busca de uma maior preservação de suas áreas verdes, algumas cidades se amparam principalmente na Lei Federal n. 10.257 de 10 de junho de 2001 (BRASIL, 2001), a qual tem por princípio, a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, sendo conhecida como o Estatuto da Cidade. A constante preocupação com o meio ambiente se faz presente e bem evidente nessa Lei Federal.

O Estatuto da Cidade tem por principal objetivo o estabelecimento da ordem pública e o interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, bem como o equilíbrio ambiental. Em seu segundo artigo, o Estatuto da Cidade menciona que:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- [...]
- IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, [...] de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.
- [...]
- VII – conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;
- VIII – manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;
- IX – uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

- X – uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;
- XI – uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;
- XII – extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;
- XIII – recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;
- XIV – restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;
- XV – (VETADO)
- XVI – zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;
- XVII – plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;
- XVIII – zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e
- XIX – corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. (BRASIL, 2001, online)

Ao se deparar com tantas irregulares e dificuldades, algumas cidades vêm empenhando-se para uma maior preservação de suas quase extintas reservas ambientais e áreas verdes, buscando assim amparo em leis e benefícios para a proteção delas. Entretanto, outras não tomam providências cabíveis para uma maior preservação de suas áreas verdes. Uma delas é a cidade de Ituiutaba-MG, município escolhido como foco de abordagem e implementação deste trabalho.

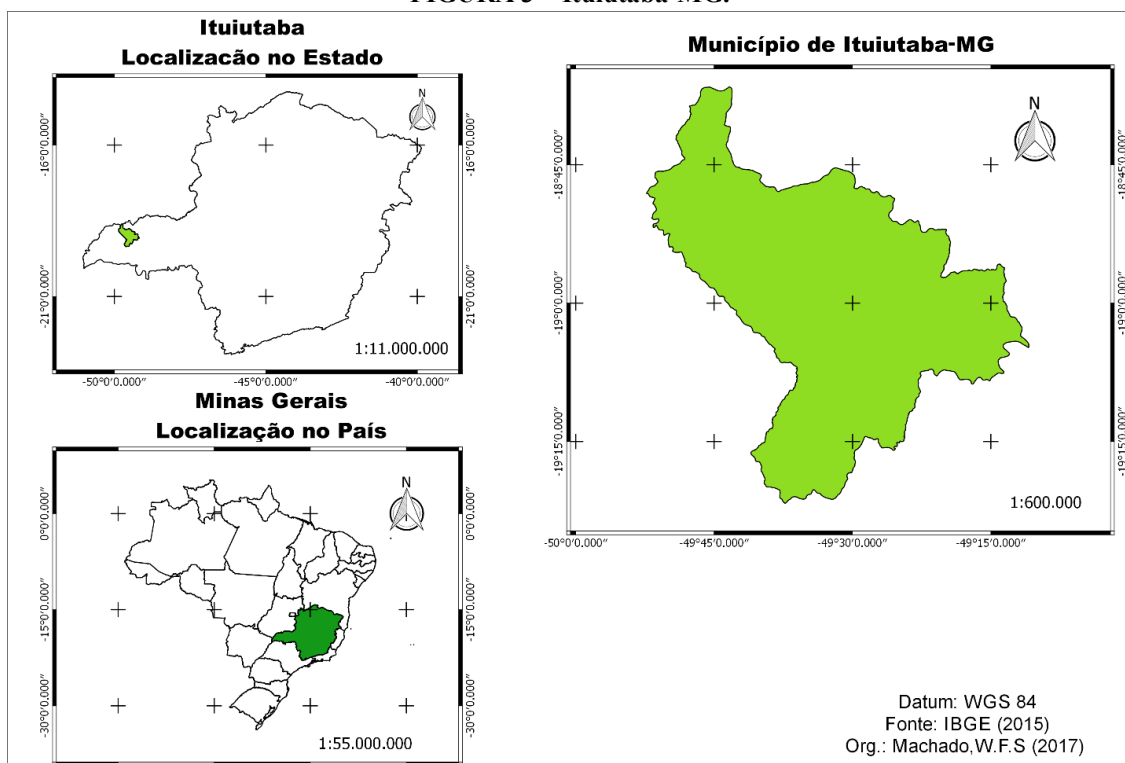
4. O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

O município de Ituiutaba-MG teve sua origem a partir do povo ameríndios pertencentes ao grupo Gê (Caiapós), indígenas da época. Para o historiador Edelweiss Teixeira, outra tribo que marcou muito na formação dessa cidade foram os índios da tribo Panariás, os quais deixaram grande quantidade de vestígios ao longo dos dois grandes rios que permeiam a cidade, o rio Tijuco e o rio da Prata, além dos povos igaçabas.

Segundo dados cedidos pelo IBGE e do próprio site da cidade, a formação administrativa de Ituiutaba-MG deu-se em 3 de abril de 1839, confirmada pela Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, tendo a denominação de São José do Tijuco, sendo o mesmo subordinado, enquanto distrito, ligado ao município do Prata. Seu desmembramento deu-se no ano de 1901, adquirindo então o nome de Vila Platina, composta por um distrito de igual nomeação. Já em 1915, o distrito de Vila Platina recebe o foro de cidade, passando então a se chamar Ituiutaba, assim como o distrito e o município.

Ituiutaba-MG encontra-se situada no Pontal do Triângulo Mineiro, no planalto central do Brasil estando localizada na porção oeste do Estado de Minas Geras como mostra a Figura 3.

FIGURA 3 – Ituiutaba-MG.



No artigo 17, inciso IV, da Lei Orgânica de Ituiutaba-MG, é explicitada a preocupação com meio ambiente estabelecendo que é de competência do município, da União e do Estado, a proteção do meio ambiente assim como o combate à poluição em qualquer uma de suas formas. No inciso VII, ratifica-se o compromisso de preservar as florestas, fauna e flora do município.

Segundo a Lei Orgânica de Ituiutaba-MG, podemos citar que:

Art. 117 - Todos têm direito ao meio ambiente natural e ecologicamente saudável, bem de uso comum do povo e essencial à adequada qualidade de vida, impondo-se a todos e, em especial, ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo, preservá-lo, para o benefício das gerações atuais e futuras (CF-225).

Parágrafo único - O direito assegurado no artigo, de garantia de ambiente saudável, estende-se ao ambiente de trabalho, cumprindo ao Município o dever de garantir e proteger o trabalhador, contra toda condição de trabalho que lhe seja prejudicial à saúde física e mental.

Art. 118 - Compete ao Poder Público elaborar e implantar um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que especificará a necessidade do conhecimento das características e recursos dos meios físico e biológico, e fará o diagnóstico de sua utilização e definição de diretrizes para seu melhor aproveitamento, no processo de desenvolvimento socioeconômico.

Art. 119 - Cabe ao Poder Público Municipal, através de seus órgãos de administração direta indireta e fundacional (CF- 225): (...)

XVIII - cessão de áreas das reservas ecológicas do Município para a criação de parques escoteiros. (ITUIUTABA, 2017, online).

Ainda tendo por base a Lei Orgânica de Ituiutaba, em seu Art. 116, é elucidada de forma clara a intenção de o governo local deslanchar ações para incentivar o lazer como forma de promoção social, por meio da criação de parques, áreas verdes, bosques, jardins tendo eles um tamanho igual ou superior, nunca inferior, a 12 metros quadrados. Ratifica-se a construção de equipamentos como parques infantis, centros para jovens e edifícios de convívio social, além de um maior aproveitamento de rios, vales, montanhas e outros locais com recursos naturais tendo em vista a geração de passeios e distrações.

Tendo por base estes artigos homologados pelo poder público local e correlacionando os mesmos ao Estatuto da Cidade e as Unidades de Proteção Integral, voltamos a confirmar que a melhor indicação para a preservação da área em estudo seria a criação de um Parque Nacional.

4.1. ÁREA EM ESTUDO

Quando se toma por objetivo o estudo entre homem e meio surge sempre um grande paradigma, o desenvolvimento atrelado à conservação. Entretanto, a tentativa de achar uma totalidade entre todos os fenômenos existentes no espaço sempre se fez existente, sendo eles um objeto de estudo e grande prestígio na Geografia. Santos (1985) afirma que o espaço é composto pela sociedade mais a natureza, possuindo homens como sendo os fornecedores de trabalhos: firmas produtoras de bens e serviços; instituições, sendo elas uma base física e territorial; e por fim a infraestrutura.

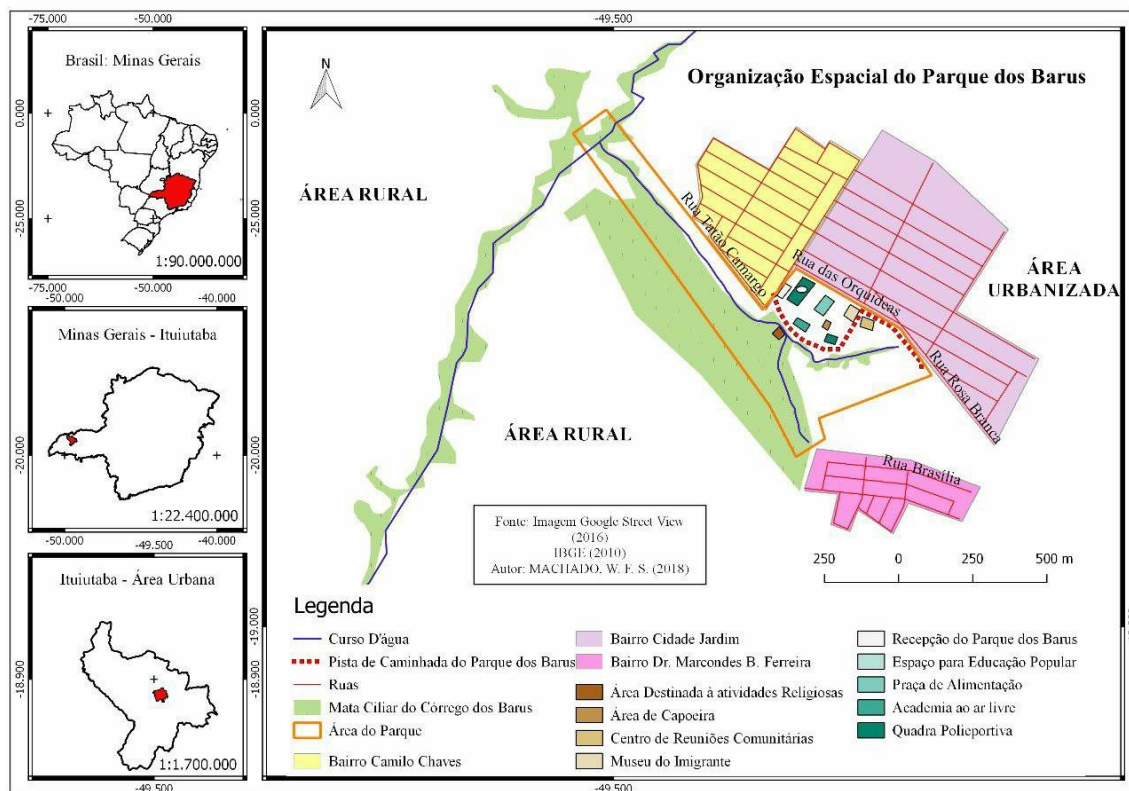
Em 1988, Santos afirma caracteriza os espaços como sendo:

Um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p. 25)

Tomando por base tais características e a definição de espaço dado por Santos (1988), podemos então classificar o parque urbano como tal. A promoção de atividades de lazer correlacionando o meio ambiente e o meio urbano, em palestras e discursos, tem sido cada vez mais difundida e prometida na maioria das regiões do Brasil, entretanto, quando se averigua e se procura saber sobre tais atividades, nota-se que essa ação recebe bem menos foco do que antes propagado.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, com o crescimento não tão acelerado, mas considerável, em um intervalo de uma década, Ituiutaba passou de 92.727 para 104.526 habitantes, ou seja, um crescimento de 12,72%. Situada na porção sudoeste de Ituiutaba-MG, a região em estudo possui uma área totalizada aproximadamente em 549.970,00 m², e foi assim delimitada como mostra a Figura 4.

FIGURA 4 – Área em estudo.



4.2. CRIAÇÃO DO PARQUE URBANO

Por ser uma região criada recentemente e ter sua infraestrutura implantada em decorrência ao programa Minha Casa Minha Vida, grandes partes das construções, por possuírem tamanho reduzido, estão constantemente sendo reformadas e aumentadas.

Por não haver uma coleta de lixo com dias fixos na região em análise, todo resto de construção, lixo doméstico, moveis velhos, entre outros entulhos, são jogados pelos próprios moradores na área em estudo, como mostram as Figuras 5 e 6.

FIGURA 5: Restos de construção em área de reserva.



Fonte: Machado (2017).

FIGURA 6: lixo urbano em área em área de reserva.



Fonte: Machado (2017).

Em visita a região e também pelo que é mostrado pelas imagens de satélite disponibilizadas pelo *Google Maps*, percebemos que não há grandes atividades financeiras no entorno da região e sim pequenas criações de equinos e bovinos. Grande parte da vegetação se encontra degradada e sem cuidados, com solos sem cobertura vegetal, além de eles conterem sulcos e pequenas ravinas espalhadas pelo relevo.

A proposta pioneira de incentivo a proteção da área em estudo, foi feita pela Sociedade Cultural e Religiosa *Ilè Alaketu Àse Babá Olorigin*, através do seu projeto “Plantando Axé”.

FIGURA 7: Banner da projeto “Plantando Axé”.



Fonte: Barlavento (2017).

Este projeto foi criado no ano de 2014, logo após a regularização da instituição Sociedade Cultural e Religiosa *Ilè Alaketu Àse Babá Olorigin*. O projeto, possui vários objetivos, entre eles o de incentivar produções intelectuais e artísticas, incentivar a produção científica cultural, promover o desenvolvimento integral da coletividade ituiutabana, além de preservar a bacia hidrográfica do Córrego dos Barus, nosso principal foco.

Ao se percorrer a divisa em que a reserva ambiental Córrego dos Barus faz com a parte urbana foram encontradas grandes quantidades de depósitos de detritos, resto de construção, pneus, móveis velhos, muito lixo doméstico, além de restos das obras de infraestrutura. Ao adentrar a área em estudo, verificou-se a existência de um curso d'água e pequenas nascentes. A parte interna da reserva se encontra bem protegida, com grande quantidade de árvores do cerrado, boa quantidade de serapilheira, além de possuir uma vegetação bem densa, como mostram as Figuras 8, 9 e 10.

FIGURA 8: Vegetação do cerrado.



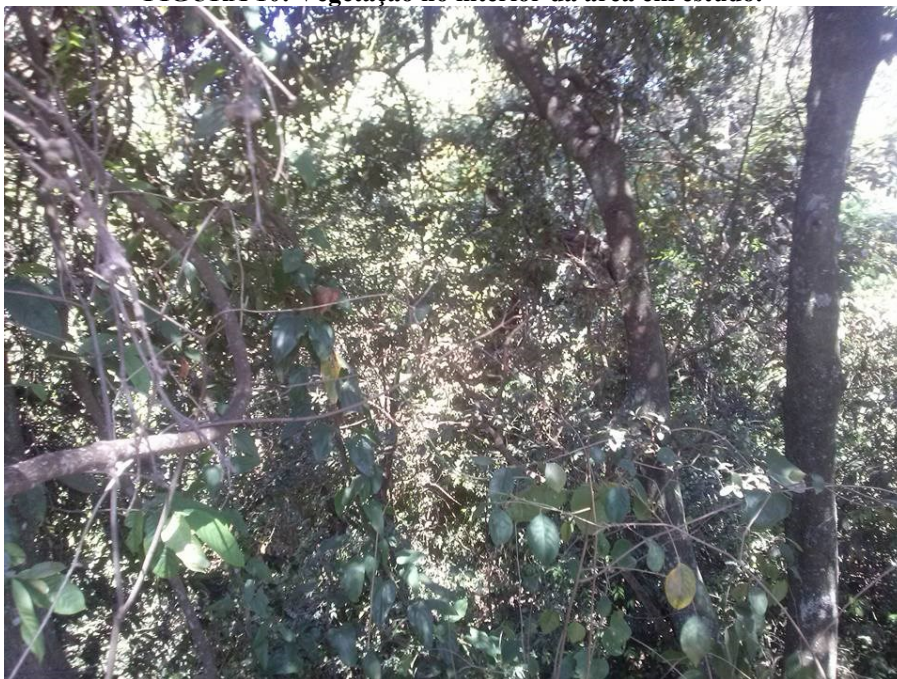
Fonte: Anderson P.Portuguez (2016).

FIGURA 9: Curso d'água e serapilheira.



Fonte: Anderson P.Portuguez (2016).

FIGURA 10: Vegetação no interior da área em estudo.



Fonte: Anderson. P. Portuguez (2016).

Pelo Código Florestal Lei 4.771/65 (BRASIL, 1965), em seu 2º artigo, salienta que qualquer curso d'água, com largura inferior a 10 metros, deve possuir uma área preservada em seu entorno (Mata Ciliar) de 30 metros desta, para o curso d'água. Por base nessa Lei, deparamo-nos em mais uma negligência no planejamento e execução do empreendimento, não respeitando tal distância e descumprindo assim mais uma lei de

âmbito federal. Pela região em estudo estar degradada, faz-se necessária a criação de um plano de recuperação, com objetivo de recuperar tal área para que então possa ser possível a execução da proposta da criação do parque.

Em primeiro plano, a limpeza da área degradada, com ajuda de maquinário, seria o ideal para o início do projeto. A ação seria seguida do estudo do solo para que assim possamos evitar futuros contratempos. Já em segundo plano, devem ser aplicadas medidas que contenham a evolução de sulcos no solo para possíveis ravinas. Com o solo exposto, esse processo se torna ainda mais intenso em tempos de chuvas, logo sua contenção dever ser tratada com uma maior urgência. Para tal ação, a instalação de equipamentos, ecologicamente adequados, de drenagens de águas pluviais, redimensionado seu percurso para drenagem natural do terreno, vem a ser uma medida bem eficaz para o não aumento dos sulcos e ravinas, além de contribuir para a não formação de novos processos como estes.

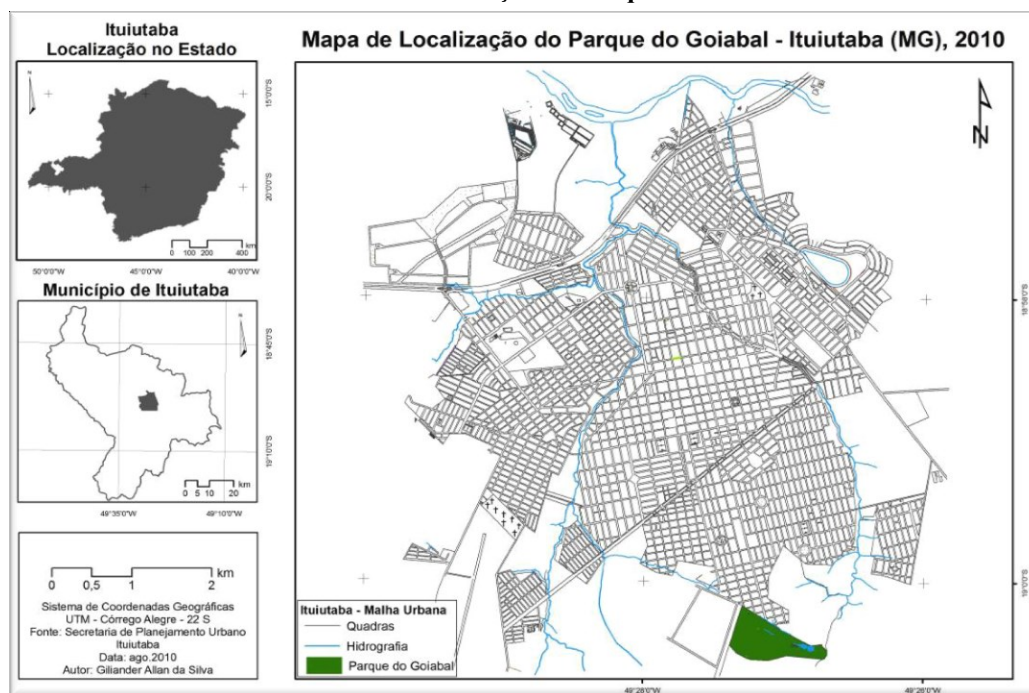
Após essa medida, dever-se-á tomar medidas para a contenção do alargamento e aprofundamento dos sulcos e ravinas já existentes. Para isso, dependendo da profundidade, o uso de paliçada³ seria o ideal para a contenção do avanço da erosão. Em complemento a essa ação, após determinado tempo, a transposição de porções de solo e serapilheira⁴ de áreas não afetadas pela degradação para as áreas de contenção seria interessante, uma vez que a serapilheira contribuiria para a recuperação das propriedades físico-químicas do solo degradado e, conseqüentemente, auxiliaria na revegetação natural da área.

Para se obter um Parque Urbano, deve-se seguir rigorosamente um plano que contenha etapas bem delimitadas e requisitos bem definidos. Só assim haverá uma efetiva e bem-sucedida implantação desta estrutura. No município de Ituiutaba-MG, há apenas uma área classificada como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o Parque do Goiabal, o qual possui os mesmos objetivos elencados neste trabalho, ou seja, o de preservar o ecossistema natural, além de possibilitar o desenvolvimento de pesquisas científicas e de atividades destinadas ao lazer, turismo ecológico e recreação. Essa área, está localizada na porção sul da parte urbana da cidade como mostra a Figura 11.

³ Estruturas estáticas de arrimo formadas por uma sucessão de estacas posicionadas próximas umas das outras, utilizadas para conter terrenos instáveis.

⁴ Camada que fica acima do solo e é formada por restos de folhas, galhos, frutos e demais partes vegetais bem como restos de animais e excretas.

FIGURA 11- Localização do Parque do Goiabal.



Fonte: Costa (2011).

Na atualidade, o Parque do Goiabal possui uma extensão de aproximadamente 37,59 hectares. Parte desse espaço encontra-se bem degradado devido à ação antrópica, a qual acarreta várias consequências negativas ao meio ambiente do parque. Uma dessas consequências é o surgimento de grandes voçorocas, sendo elas oriundas da canalização feita pela prefeitura para o lançamento das águas pluviais no interior do parque. Entretanto, ressalta-se que, a prefeitura realizou um estudo geotécnico para a retirada dessas águas de dentro do parque, mas até o fechamento deste texto, não havia indício de nenhum começo de obra para tal finalidade.

Por Ituiutaba-MG possuir apenas esse parque, foi realizada uma análise bibliográfica sobre a criação e implantação de outros parques urbanos em mais regiões espalhadas pelo Brasil. O objetivo foi elencar alguns dos principais problemas enfrentados e os sucessos também já alcançados para que assim evitemos cometer os mesmos erros na criação do Parque dos Barus na cidade de Ituiutaba-MG.

O primeiro e mais destacado problema em todos os trabalhos analisados é a transformação de uma proposta destinada ao bem-estar social em um *marketing* político, onde tais apoiadores da criação e implantação acabam usando a imagem dos parques, não para mostrar um avanço na qualidade de vida da população, mas para a promoção de sua imagem parlamentar.

Destaca-se também a importância de uma boa atividade de sensibilização realizada pelas autoridades locais e parceiros, visando explicar, aos frequentadores, a necessidade da manutenção, tanto das instalações quanto da parte natural, não deixando restos de alimentos e/ou outros objetos que comprometam a estética, a funcionalidade e a sustentabilidade do ambiente em questão. Por mais que esse problema pareça um obstáculo difícil de transpassar, devido aos nossos maus hábitos, medidas paliativas tomadas por parte da administração podem contribuir para êxito nessa tarefa, como por exemplo: a distribuição de locais para a coleta seletiva de resíduos deixados pelos frequentadores do parque, realização de constantes palestras sobre o conservadorismo, divulgação das vantagens que o parque nos traz e frequentes monitoramentos. Tais medidas podem resultar grandes possibilidades de sucesso na superação desse problema.

Outra dificuldade encontrada foi a falta de previsão para a implantação das infraestruturas de acessibilidade ao parque e até mesmo para a implantação dele, além da falta de requisitos mínimos para sua criação, contrariando assim o que diz o Sistema de Unidade de Conservação. A falta de planejamento e principalmente a quase inexistência de uma fiscalização eficiente levaram, por exemplo, a proposta de criação de dois parques em um mesmo lugar, fato ocorrido em Brasília-DF, com as leis garantindo a criação do Parque Recreativo Sobradinho II.

Nesse sentido, Barcellos (2002) analisa que a criação de parques “surtem de iniciativas esporádicas e desarticuladas, e não como resultado de um planejamento que considerasse as necessidades de lazer e recreação da população” (BARCELLOS 2002, apud OLIVEIRA, 2004, p. 44).

Devido a tantas tentativas e projetos sem nenhuma estrutura ou estudo necessário para a implantação de parques urbanos, assim como os exemplos supracitados, ou que apresentam problemas em seu processo de desapropriação, falta de plano de manejo entre outros empecilhos, como é o caso do Parque dos Pirineus, compreendido entre os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, pesquisadores do final do XX e início do XXI passaram a definir tais práticas como “parques de papel”.

Ao se deparar com tal contexto, Mirra (1999) afirmou que os “parques de papel” são aqueles que só existem formalmente, ou seja, só existem no setor administrativo da localidade não possuindo sua estrutura física implantada. Para a autora, a implantação de tais estruturas tem que ser estudada minuciosamente, realizando estudos sobre o

perímetro e seus limites, zoneamentos, infraestruturas compatíveis com a obra e com o possível contingente esperado, além de uma grande e severa fiscalização e proteção ao espaço. Caso não haja tais medidas, qualquer preposição a criação de um parque se torna questionável.

Um fato interessante foi descoberto através de uma pesquisa realizada por Brandon (2002). A pesquisa foi realizada em 93 parques espalhados em 23 países, sendo exclusivamente feita em locais com grande atividade e concentração humana. Nesta, foi possível apontar pontos positivos mesmo com os “parques de papel”. Em sua pesquisa, a autora confirmou que, mesmo sem sua efetiva implantação e apenas contendo a parte escrita, grande parte dos desmatamentos foram parados (fato confirmado em 83% dos casos). Foi também verificado o aumento da biodiversidade e uma maior regeneração da vegetação local, sendo constatado em 40% dos casos, fatos promissores, mas não convincentes e aceitáveis, em relação a proposta inicial, ou seja, a criação efetiva de um parque urbano.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa possibilitou uma elucidação dos conceitos relacionados às diversas terminologias encontradas nos estudos e trabalhos científicos, sendo eles destinados a parques urbanos, além de enfatizar sua importância para as cidades e principalmente seus moradores. Após esse estudo, podemos inferir que, para que se possa efetivar a implantação do Parque dos Barus na cidade de Ituiutaba-MG, é preciso tomar providências com a área destinada a receber esse empreendimento, já que a mesma se encontra degradada.

A primeira medida a ser adotada para a adequação do espaço em estudo seria a implantação de uma estrutura destinada a palestras com enfoque voltado para a importância da implantação do parque naquela área, elucidando aos moradores os possíveis benefícios que tal empreendimento traria, não somente a eles, mas também a cidade por um todo. A meta é sensibilizar os moradores sobre importância da preservação do meio ambiente como um todo, além de propor a eles que desenvolvam sugestões de atividades a serem aplicadas dentro e nas margens do parque. Por meio dessas atividades, procurar-se-á obter o apoio dos moradores, principais colaboradores para o desenvolvimento do projeto.

Depois de feito um dossiê das propostas e conseqüentemente um debate sobre elas, seria iniciado um projeto destinado à implantação de um plano de manejo direcionado à adequação da área em estudo, criando um mapeamento mais preciso das áreas degradadas, além da análise de métodos mais eficazes e de menor custo para a aplicação no parque.

Outro problema notado é a falta de uma melhor e mais efetiva distribuição de bueiros pelas avenidas que dão acesso à área em estudo. Em razão da mesma estar situada na parte mais baixa do bairro, toda água proveniente das chuvas, são redimensionadas para ela, causando alagamentos e assoreamentos na área de preservação permanente.

Ainda referente a este problema, as águas captadas pelos bueiros são redimensionadas para um único local de deságue, fazendo com que todo o volume acumulado de solvente adentre a reserva de uma única vez. Em decorrência dessa falha no planejamento, há um maior arraste de solo por onde essa água adentra, causando e contribuindo para a criação de ravinas e assoreamento do leito do córrego.

Uma solução paliativa para esse problema seria a construção de mais bueiros na cabeceira do bairro e não na parte inclinada das vias de acesso. Assim, grande parte da água proveniente das precipitações seria captada antes de ganhar maior volume e velocidade ao longo da via. Outra possível solução, em conjunta a anterior, seria redistribuição da água captada para o deságue em mais locais, tirando assim a concentração de um só ponto. Com tal iniciativa, haveria uma diminuição considerável da velocidade e do volume de água, reduzindo assim o assoreamento do curso d'água e a formação de ravinas. A infraestrutura proposta para a eficácia no sistema de acesso e também de retorno por parte dos frequentadores do parque seria realizada por entidades competentes e em parceria com o curso de Geografia, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, FACIP/UFU.

Para haver uma maior diversidade de atividades no Parque dos Barus, será proposta a criação do museu em homenagem à imigração nordestina para Ituiutaba. Esse museu teria por finalidade mostrar, ao público, os trajetos, dificuldades, preconceitos e os desafios que os alagoanos encontram ao ofertar sua força de trabalho na cidade.

Outra proposta seria a criação de quadras esportivas nas áreas internas do parque, além de trilhas. A criação de academias ao ar livre, assim como há em praças e determinadas áreas destinadas a caminhadas e práticas de esporte no perímetro urbano da cidade, seria outro advento a ser implantado no parque.

O incentivo à culinária e a valorização da comida típica mineira também teria destaque., como frango com quiabo, tutu, feijão tropeiro entre outros deliciosos pratos. Seriam criados pontos destinados à comercialização e produção de tais iguarias na parte exterior do parque, para que assim todo tipo de alimentação fosse produzido, consumido e descartado em sua parte externa e não no interior, possibilitando, desse modo, uma maior preservação do parque e suas instalações.

Devido ao Córrego dos Barus possuir ao seu entorno grande diversidade de espécies arbóreas e por seu interior ainda estar preservado, a prática de estudos biológicos e geográficos seriam de grande relevância, pois poder-se-ia catalogar as espécies ali existentes e, ao final de determinados períodos, fazer levantamentos de como tais espécies se desenvolveram após com a implantação do parque.

Este trabalho apresenta-se como um material de grande importância e para futuras pesquisas desenvolvidas principalmente, com a temática relacionada a parques urbanos e seus benefícios a sociedade. Sendo assim, trata-se de um estudo que mostra o

início de uma longa luta pela melhora da qualidade de vida ituiutabana. Devido aos grandes desafios, faz-se necessário que os poderes públicos e privados trabalhem em união para o bem coletivo e para garantir melhores condições de vida para a população de Ituiutaba-MG.

REFERÊNCIAS

BONIFÁCIO, J. 1962. **Obras científicas, políticas e sociais**. Santos: Imprensa Oficial.

BARCELLOS, P. F. P. **Planejamento na Gestão Urbana**. Prefeitura Municipal de Curitiba, Instituto Municipal de Administração Pública, Projeto Habitar Brasil/BID. Porto Alegre: FAURGS, 2002.

BARLAVENTO, E-books. **Religião**. 2017. Disponível em: <<http://ebooksbarlaveno.blogspot.com.br/p/colecao-religiao.html>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRANDON, K. **Colocando os parques certos nos lugares corretos**. In: TERBORGH, John et al. (Org.). Tornando os parques eficientes. Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. **Decreto-lei Nº 289, de 28 de Janeiro De 1967**: Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-289-28-janeiro-1967-376825-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 dez. 2017.

_____. Presidência da República. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. **Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasil, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Unidades de Conservação. **O que são**. 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

CARDOSO, S. L. C.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. de A. **Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém** Gunnar Vingren. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Scielo, v. 1, n. 7, p. 74-90, janeiro 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n1/2175-3369-urbe-7-1-0074.pdf>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2017.

COSTA, R. A. **Análise Biogeográfica do Parque Municipal do Goiabal em Ituiutaba – MG**. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2042/1932>>. Acesso em 06 de dezembro de 2017.

DEGENHARDT, C. *Assessing natural resources*. In Nature in Cities: The Natural Environment in the design and development of urban green space, 1999, p. 67-90.

FUREGATO, M. C. H. **Parque Urbano Orquidário Municipal de Santos/SP: equipamento de lazer e turismo**. Revista Patrimônio: Lazer e Cultura. Santos, 2005. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigosb30f.html?cod=36>>. Acesso em 03 de maio de 2017.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro. Ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GARCÍA, S; GERRERO, M. **Indicadores de sustentabilidade ambiental em La gestión de espacios verdes. Parque Urbano Monte Calvario, Tandil, Argentina**. Revista de Geografía Norte Grande. Santiago, 2006, nº 35. p. 45-57.

GOOGLE MAPS. **[Dados do mapa]**. [2017]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-18.910205,-48.3289141,14399m/data=!3m1!1e3url>>. Acesso em 06 de dezembro de 2017.

ITUIUTABA. **Lei Orgânica do Município de Ituiutaba - MG**. Ituiutaba, MG, 18 maio 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/revis/Downloads/LEI_ORGANICA_ATUALIZADA_2017_\(1\).pdf](file:///C:/Users/revis/Downloads/LEI_ORGANICA_ATUALIZADA_2017_(1).pdf)>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

LAURIE, M. **Nature and city planning in the nineteenth century**. In Nature in Cities: The Natural Environment in the design and development of urban green space, 1999, p. 37-66.

MACEDO, S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Gráfica Pancrom, 1999.

MATOS, E. S. **Subsídio para o plano de manejo do Parque Ecológico Ezequias Heringer, Guará – Distrito Federal**. 2004. 98 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MEU POMAR. **Jardins da Stourhead Warminster**. 2013. Disponível em: <<http://omeupomar.blogspot.com.br/2013/06/jardins-stourhead-warminster.html>>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

MIRRA, Á.L.V. **O problema do controle judicial das omissões estatais lesivas ao meio ambiente**. Revista de Direito Ambiental nº 15, julho-setembro/1999, p. 61.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao Distrito de Santa Cecília**. São Paulo: Univ. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, M. M. **Parque ecológico e de uso múltiplo Olhos D'água: um estudo de caso como contribuição para o planejamento e a gestão de parques urbanos no Distrito Federal**. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília. 2004.

OLIVEIRA, L.A; MASCARÓ, J. J **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer**. In Ambiente Construído, Porto Alegre, V7 N2, p. 59-69, 2007.

PÁDUA, M. & FILHO, A. F. C. 1979. **Os parques nacionais do Brasil**. São Paulo: José Olympio

PORTUGUEZ, A. P. **Plantando Axé do lugar sagrado ao espaço da militância e da resistência cultural**. Disponível em: <<https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2016/12/e-book-plantando-asc3a9.pdf>> Acesso em 01 de dezembro de 2017.

PIMENTA, N. C.; SOLINO FILHO, T.; PICOLI, R. L. **Ecossistemas urbanos e a conservação da biodiversidade: benefícios sociais e ambientais do parque de uso múltiplo da Asa Sul**. In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Salvador/BA – 25 a 28/11/2013. [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VI-059.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

REZENDE, P. S. et al. **Qualidade ambiental em parques urbanos: levantamento e análises de aspectos positivos e negativos do Parque Municipal Victório Siquierolli – Uberlândia - MG**. *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 4, n. 10, p. 53-73, agosto 2012. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n10/04.pdf>>. Acesso em 01 de janeiro de 2017.

ROMERO, M. A. B. Desempenho das constantes morfológicas. Índices de adequação ambiental na periferia do Distrito Federal. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 85-110.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES CONSERVAÇÃO - SNUC. **Sistema Nacional de Unidades Conservação - SNUC.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

SCALISE, W. **Parques urbanos - evolução, projeto, funções e uso.** Revista Assentamentos Humanos, Marília, v4, n. 1, p17-24, 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em 01 de abril de 2016

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SOCIEDADE CRIAAB OLORIGIN. Disponível em <<https://asebabaolorigin.files.wordpress.com/2016/12/e-book-plantando-asc3a9.pdf>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

RENTINI, R. P.. **Fatores Antrópico-Ambientais Determinantes para o Aumento de Acidentes Loxoscélicos no Município de Curitiba - Paraná.** Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências da Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2005.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1988.454p.

TREKEARTH. **Jardim em Versailles.** Disponível em: <<https://www.trekearth.com/gallery/Europe/France/North/Ile-de-France/Versailles/photo753814.htm>>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

ZANIN, E. M. **Caracterização Ambiental de um parque urbano.** Parque Municipal Longines Malinowski, Erechim, RS. *Edifapes*, Erechim, p. 1- 21, 2002. Disponível em: <http://www.lapa.ufscar.br/pdf/caracterizacao_ambiental_de_um_parque_urbanoLongines_MalinowskiZANIN.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.